



Ministério das Relações Exteriores

Análise e Difusão da Política Externa Brasileira
Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e
Atendimento Consular

Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional

Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior

Ensino Profissional Diplomático

Gestão da Participação em Organismos Internacionais

Gestão da Política Externa

Promoção das Exportações

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros

Relações do Brasil com Estados Estrangeiros e

Organizações Internacionais

Relações e Negociações do Brasil no âmbito dos
Organismos Internacionais

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi utilizado R\$ 1,6 bilhão para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):	R\$ 1.842.500.688,00	Realizado orçamentário¹:	R\$ 1.662.789.483,00
Recursos não orçamentários previstos:	-	Realizado não orçamentário:	-
Total previsto:	R\$ 1.842.500.688,00	Total realizado:	R\$ 1.662.789.483,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 59,1 milhões inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 44,5 milhões.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Ministério das Relações Exteriores tem orientado o planejamento de seus programas e ações em consonância com os Megaobjetivos e Desafios que compõem a Orientação Estratégica de Governo. Assim sendo, no ano de 2005 o MRE obteve, no âmbito do seu conjunto de programas, resultados relevantes tanto para o aperfeiçoamento da política setorial como para a consecução do disposto na Orientação Estratégica de Governo. Destacam-se os seguintes resultados:

- Crescente participação do Brasil nas decisões de amplitude internacional. No que se refere aos objetivos setoriais de criar percepção favorável do Brasil e promover a imagem do país no exterior, destacam-se o envio de 45.718 integrantes de missões e delegações brasileiras, com representantes do poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, entre outros e a promoção de 934 eventos (conferências, mostras de cinema, seminários diversos e outros) no exterior. Promoveu-se também o desenvolvimento de pesquisas na área de relações internacionais, e difundindo seus resultados por meio de publicações e seminários. O MRE também obteve êxito no aprofundamento da cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas, graças à realização de Comissões Mistas com outros países e parceiros brasileiros.
- Êxito na condução de negociações e defesa de interesses brasileiros junto a Organismos Internacionais. Como estratégia de implementação da política de estreitamento e consolidação de relações do Brasil com outros países, foram abertas, em 2005, novas representações brasileiras no Exterior (embaixadas e consulados). Além disso, foram assinados memorandos de

¹ A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

entendimento, acordos e ajustes complementares de acordos e convênios no âmbito de vários Organismos Internacionais.

- Sucesso nas iniciativas de consolidação da integração latino-americana e, sobretudo, do Mercosul. A realização de eventos internacionais como a Cúpula América do Sul - Países Árabes e a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações também contribuíram para o estreitamento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e outros países e regiões. Destaca-se ainda, o total atendimento das necessidades da diplomacia presidencial, que cumpriu intensa agenda de viagens ao exterior e recepções de representantes estrangeiros no país.
- Participação no aumento do volume das exportações brasileiras através do apoio ao acesso aos mercados externos. Em cumprimento ao objetivo setorial de empregar a diplomacia comercial e as estratégias de promoção comercial com vistas a permitir o acesso das micro, pequenas e médias empresas ao mercado internacional, foram empreendidas missões empresariais a vários países. Além disso, o MRE participou, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, da organização de encontros do Presidente da República com grandes investidores e altos dirigentes de grandes empresas brasileiras e estrangeiras.
- Garantia do direito de exercício da cidadania aos brasileiros domiciliados em outros países ou em viagem ao exterior. Quanto à prestação de assistência consular nas repartições brasileiras no exterior, registrou-se o atendimento (prestação de serviço consular e assistência sob a forma de concessão de pequenos auxílios para transporte, alimentação, hospedagem, contratações de assistência jurídica e repatriações) a 876.112 brasileiros e 572.020 estrangeiros em repartições consulares no exterior.
- Concessão de Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia. Por fim, quanto às questões transversais do Plano Plurianual, o aperfeiçoamento do programa de ação afirmativa no processo de seleção dos diplomatas brasileiros garantiu a concessão de 32 Bolsas-Prêmio de Vocação para a Diplomacia a candidatos afro-descendentes. A concessão destas bolsas integra-se aos objetivos do Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão (PPA 2004–2007), que estabelece como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial e apoio a iniciativas de promoção de igualdade social. Por conseguinte, o programa, através da preparação e do recrutamento de candidatos afro-descendentes, visa a ampliar o acesso da população negra à carreira diplomática

Dessa forma, como principal fator de sucesso no alcance dos resultados, ressalta-se o fato de que os programas desenvolvidos pelo MRE abrigam conjuntos de atividades tradicionalmente desenvolvidas pelo Itamaraty, o que proporciona aos gerentes acesso a um conhecimento institucional confiável que subsidia os processos de planejamento e execução das atividades, contribuindo para que as ações empreendidas alcancem, a partir do conhecimento de experiências de gestão anteriores, crescimento em termos de eficiência, eficácia e efetividade.

ASPECTOS RELEVANTES

A Unidade de Monitoramento e Avaliação do Ministério das Relações Exteriores encontra-se instalada e atuante, apoiando o monitoramento e subsidiando a gestão setorial. Além disso, a Coordenação Setorial atua na busca, sempre que possível, da

integração e articulação dos programas do MRE. Dessa forma, embora não exista um processo estruturado para a formulação estratégica setorial, são realizadas reuniões de trabalho para a definição de estratégias de ação.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas pelo MRE para a consecução dos objetivos traçados destacam-se: a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a implementação de determinadas ações dos programas face ao surgimento ou crescimento da expressividade das questões de interesse e responsabilidade do Itamaraty; a variação cambial, com altas de cotação do Euro e outras moedas que muitas vezes prejudicam a implementação das ações que têm suas execuções financeiras realizadas em moeda estrangeira; a carência de recursos humanos, especialmente nas equipes executoras dos programas; a insuficiência ou inadequação de recursos materiais e de infra-estrutura para implementação de algumas ações.

RECOMENDAÇÕES

- Recomposição e capacitação do corpo de servidores do Ministério das Relações Exteriores, em especial nas equipes executoras dos programas, para seu gerenciamento.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

OBJETIVO

Difundir as pesquisas sobre relações internacionais e política externa brasileira de modo a esclarecer a opinião pública sobre as relevantes questões mundiais.

PÚBLICO-ALVO

Sociedade e meio acadêmico e diplomático.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 4.649.953,00	Empenho Liquidado: R\$ 3.496.780,00 Pago estatais: - Total: R\$ 3.496.780,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERIOR BRASILEIRA

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 86 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 98

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em virtude da recomposição do quadro de pessoal da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), aliada à nova página na Internet – em construção, que será o portal de referência sobre temas de relações internacionais no Brasil, previa-se uma alta viabilidade de alcance da meta, de 98%, para o final do PPA.

O indicador, contudo, obtido pela relação percentual entre o número de pesquisas publicadas e o número de pesquisas realizadas, subestimava a avaliação dos resultados do programa e apresentou-se inadequado como instrumento de aferição de seus resultados.

Dessa forma, foi proposto, no ano de 2005, novo indicador, “Taxa de Evolução da Divulgação da Política Externa Brasileira em Relação ao Ano Anterior”, calculado pela variação percentual do número de pesquisas e publicações sobre relações internacionais e política externa brasileira divulgadas no ano, sobre o número de pesquisas e publicações divulgadas no ano anterior. Devido à alteração do indicador, os aspectos inadequados serão sanados a partir de 2006.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O baixo nível de informação da opinião pública do país sobre as questões referentes à inserção internacional do Brasil e à fundamentação das posições adotadas pela diplomacia brasileira provoca a necessidade crescente de conhecimento, por parte do público em geral, sobre a atividade diplomática brasileira e sobre temas de política internacional.

Preservar a memória da atuação da diplomacia brasileira, divulgando a História Diplomática do Brasil por meio de atividades de natureza cultural, acadêmica e pedagógica, no campo da política internacional e da política exterior do Brasil, constitui característica basilar do programa “Análise e Difusão da Política Externa Brasileira”. Para tanto, na execução de suas ações, o programa, executado pela FUNAG, mantém cooperação com instituições públicas e privadas brasileiras e estrangeiras e organismos internacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Prêmio América do Sul: Concurso realizado com o objetivo de selecionar 3 (três) monografias a respeito do tema “O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI”, com enfoque em temas de interesse para a política externa na América do Sul.
- Criação, em parceria com universidades brasileiras, de Centros de Estudos das Relações do Brasil com Países do Hemisfério Sul.
- Realização dos eventos: “Jornadas de Direito Internacional Público”, “Seminário sobre Política Industrial Comum ao Mercosul” e “Fórum de Reflexão Iguaçu + 20”.
- Lançamento de 25 livros e publicações.
- Lançamento da nova página da FUNAG na Internet.
- Realização de concurso público para o ingresso de 14 novos servidores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa manteve-se dentro do esperado. As parcerias com órgãos públicos e privados, em especial com o Ministério das Relações Exteriores e a admissão de novos servidores permitiram superar as expectativas para 2005, no que diz respeito à realização dos eventos organizados pela FUNAG e edição de expressivo número de livros e publicações.

Os recursos orçamentários e financeiros do programa para 2005 e os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA foram suficientes para a execução do programa e dos projetos da FUNAG.

Os recursos humanos, materiais e de infra-estrutura também mostraram-se adequados para a implementação do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

A cobertura do público-alvo – sociedade e meios acadêmico e diplomático, representados, dentre outros, por professores, estudantes de relações internacionais, diplomatas, juristas e estudiosos do Direito Internacional – manteve-se dentro do patamar esperado.

Além disso, em 2005, a FUNAG pôde atender, em quase sua totalidade, às solicitações de apoio a projetos e seminários realizados por instituições de ensino superior, centros acadêmicos estudantis e outros centros de estudo. Dentre as solicitações de apoio recebidas, e de acordo com sua disponibilidade financeira, a FUNAG deixou de contribuir ou copatrocinar apenas os eventos que tiveram sua realização adiada ou suspensa pelas próprias instituições organizadoras.

O programa não dispõe, ainda, de mecanismo formal que possa identificar o grau de satisfação de seus beneficiários. O lançamento de seu novo sítio na Internet tem a intenção de oferecer um instrumento que possa permitir, pelo menos inicialmente, a avaliação formal da satisfação de seus usuários pelos serviços que oferece. No entanto, as freqüentes solicitações de apoio – tanto institucional quanto financeiro –, recebidas de instituições de ensino superior e de centros de estudo de excelência, somadas à procura e ao crescente interesse do público por suas publicações, indicam o reconhecimento do público-alvo pela qualidade dos serviços prestados pela Fundação.

No que se refere à existência de mecanismos de avaliação do programa, a Gerência do Programa submete, anualmente, no início de cada exercício, ao Conselho de Administração Superior da FUNAG, relatório de acompanhamento da execução das ações do programa, de forma a avaliar o cumprimento e o desenvolvimento do programa, aplicando correções em eventuais dificuldades encontradas.

Complementarmente, é realizado mensalmente o monitoramento do desempenho físico das ações, em conformidade com o Programa de Trabalho Anual submetido à aprovação do Conselho de Administração Superior da FUNAG. Ressalta-se que, em 2005, foram superadas as expectativas das metas físicas previstas. Em relação às parcerias desenvolvidas no âmbito do programa, salienta-se que, na execução de suas ações, a FUNAG mantém cooperação com parceiros não-governamentais – instituições privadas brasileiras e estrangeiras e organismos internacionais. O desempenho das atividades implementadas por estes setores, em 2005, tem ocorrido no estrito cumprimento dos acordos firmados.

O programa desenvolve iniciativas de participação da sociedade nos assuntos relacionados à política externa. Destacam-se a promoção de seminários amplamente divulgados e abertos ao público em geral, sem exigência de qualquer taxa de inscrição; a doação de exemplares de todas as publicações editadas a universidades, bibliotecas públicas, órgãos públicos, embaixadas brasileiras no exterior e a outras instituições voltadas para o tema das relações internacionais, de forma que o público em geral tenha acesso ao trabalho desenvolvido pela FUNAG. Mesmo em caso de venda, as publicações são negociadas quase a preço de custo, de forma a facilitar a aquisição de seus livros por seu público-alvo, em especial por estudantes. Ainda sobre as publicações, a FUNAG deverá contar, a partir do exercício de 2006, com biblioteca digital, em seu sítio na Internet, para que qualquer interessado possa ter acesso gratuito a suas publicações.

Essas ações têm resultado na divulgação dos trabalhos desenvolvidos, sejam publicações, sejam os eventos que promove, assim como no reconhecimento, pelo público, do valor de suas ações, já que a Fundação goza de prestígio, de acordo com informações colhidas informalmente junto à comunidade acadêmica e seus visitantes.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

ASSISTÊNCIA A CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR

OBJETIVO

Prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior e dar ao público atendimento consular de qualidade.

PÚBLICO-ALVO

Cidadãos brasileiros no exterior e estrangeiros que demandam atendimento consular de qualidade.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 2.197.800,00	Empenho Liquidado: R\$ 1.373.063,00 Pago estatais: - Total: R\$ 1.373.063,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. COEFICIENTE DE ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS NO EXTERIOR.

Unidade de medida: 1/1.000

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 3

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, calculado pelo número de cidadãos assistidos em cada 1 mil brasileiros no exterior, revelou-se inadequado para mensurar a demanda pelos serviços prestados no âmbito da assistência no exterior, o que impossibilitou a sua apuração em 2005. Estuda-se, portanto, a criação de novo indicador capaz de retratar de maneira efetiva os resultados alcançados no âmbito do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Assistência a Cidadãos Brasileiros no Exterior e Atendimento Consular, criado a partir da demanda por serviços consulares, notariais, legais e de assistência em geral, incluindo as necessidades sociais da comunidade de brasileiros radicados, domiciliados ou em trânsito no exterior, tem por finalidade básica ampliar e aperfeiçoar a assistência e a proteção aos brasileiros que residem ou que viajam ao exterior, garantindo-lhes o exercício pleno de sua cidadania.

As ações do programa compreendem a prestação de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior e o atendimento consular ao público em geral, por intermédio

de quatro políticas básicas: qualidade no atendimento consular; valorização do emigrante brasileiro; proteção diplomática e consular; e política de prestação supletiva de certos serviços essenciais, em especial voltados para as comunidades brasileiras no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Prestação de assistência consular a 3.378 brasileiros no exterior: pequenos auxílios com transporte, alimentação, hospedagem, contratação de assistência jurídica e repatriações.
- Atendimento consular ao público-alvo do programa.

Em 2005, os resultados se mostraram dentro do esperado. Apesar do contingenciamento orçamentário, que afetou a execução e, conseqüentemente, limitou a abrangência de algumas ações e do aumento da demanda por serviços consulares, em função do crescente número de brasileiros no exterior, residentes ou turistas, foi possível cumprir as metas previstas para o programa.

As atividades relativas ao atendimento do público-alvo atingiram a meta de mais de 90% dos serviços consulares demandados. As ações foram direcionadas para a melhoria do atendimento ao público, em termos de agilidade e produtividade. Dessa forma, a ação consular do Ministério das Relações Exteriores no exterior contribuiu de forma positiva para prestar assistência e apoio necessários aos cidadãos brasileiros.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A demanda por serviços consulares sofreu aumento considerável, em função do crescente número de brasileiros, residentes ou turistas, no exterior. O aumento exigiu grande esforço de adaptação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Contudo, a crescente demanda por serviços consulares, sem o conseqüente aumento dos recursos orçamentários, agravada pela insuficiência de recursos e pelo contingenciamento orçamentário, obrigaram a gerência do programa a um tratamento rigoroso na aplicação dos recursos financeiros, fazendo com que as ações e os recursos do programa fossem direcionados à assistência emergencial a brasileiros desvalidos.

Dentre as dificuldades encontradas para a implementação do programa, destaca-se a insuficiência dos recursos materiais e de infra-estrutura. As Repartições Consulares brasileiras trabalham com grande escassez de meios materiais (móveis, material de informática e salas de recepção). A maioria não possui instalações adequadas para o atendimento ao público.

Outro aspecto refere-se à carência de recursos humanos. As Repartições Consulares brasileiras trabalham com um número limitado de pessoal para atender à crescente demanda pelos serviços oferecidos. Acrescenta-se a este problema a grande necessidade de reciclagem, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Dessa forma, diante do aumento progressivo da demanda por assistência aos brasileiros no exterior, prevê-se um aumento da necessidade de recursos materiais, financeiros e de recursos humanos para a execução das ações do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Em relação à participação social, as Embaixadas e Repartições Consulares brasileiras promovem reuniões periódicas (no âmbito dos Conselhos de Cidadãos) com os brasileiros residentes nas respectivas jurisdições. Essas reuniões visam a uma maior interação entre os brasileiros residentes, além de proporcionar uma melhor orientação sobre os principais serviços consulares requisitados pela comunidade local. As atas dessas reuniões são transmitidas ao Itamaraty, em Brasília, e servem como meio de aferição da prestação de serviços consulares.

No que se refere ao monitoramento, existem, no âmbito do programa, os Relatórios Consulares (RCNs), que são enviados anualmente pelas Missões diplomáticas à Unidade Gestora. Neles, incluem-se dados relativos ao processamento de atos notariais, documentos de viagem (passaportes e outros), número de brasileiros residentes na jurisdição, número de atendimentos, etc.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

OBJETIVO

Aprofundar a cooperação científica, técnica e tecnológica entre o Brasil e os países com os quais mantém relações diplomáticas.

PÚBLICO-ALVO

Governos de países parceiros tradicionais ou não-tradicionais, comunidade científica, tecnológica e acadêmica nacional e internacional, instituições de pesquisa e de ensino superior no Brasil e no exterior, setor empresarial nacional e internacional e organismos internacionais de interesse estratégico.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 41.518.900,00	Empenho Liquidado: R\$ 38.572.294,00 Pago estatais: - Total: R\$ 38.572.294,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE EMBAIXADAS E CONSULADOS DO BRASIL, PARTICIPANTES DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA INTERNACIONAL.

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 50 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 70

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de Embaixadas e Consulados do Brasil envolvidos em cooperação científica, técnica e tecnológica internacional e o número total de Embaixadas e Consulados do Brasil, apresentou resultado satisfatório. O indicador, contudo, ainda não é capaz de medir de maneira adequada os resultados do programa. A viabilidade de alcance do índice previsto é média.

Dessa forma, na fase final de reestruturação e reformulação estratégica do Sistema de Informação em Ciência e Tecnologia no Exterior, o qual tem por objetivo permitir a ampliação e facilitar a inserção dos países que apresentam atividade dinâmica em Ciência e Tecnologia, analisa-se a eventual criação de novos indicadores, tais como: o número de relatórios de oportunidades em matéria de cooperação científica,

tecnológica e de inovação, prospectadas pelos postos dotados de Setores de Ciência e Tecnologia (SECTECs).

CONTEXTUALIZAÇÃO

A baixa produção científica e tecnológica nacional tem-se apresentado incompatível com o nível das demandas de desenvolvimento sócio-econômico da sociedade. No âmbito de sua competência, estabelecida pelo Decreto nº 5.032, de 2004, constitui atribuição do Ministério das Relações Exteriores o apoio à cooperação internacional.

Dessa forma, o programa Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional visa a incrementar a cooperação científica e tecnológica para a transferência de tecnologias de ponta, de maneira a que se reduzam o hiato digital e outras carências do exercício do direito de informação no Brasil, por meio de acordos, projetos e programas de cooperação internacional, viabilização de instrumentos de cooperação, gestão estratégica do conhecimento e da informação, concessão de bolsas e intercâmbio de pesquisadores, especialistas e técnicos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao longo do exercício de 2005, o interesse revelado pelos parceiros, tradicionais ou não, no âmbito da cooperação científica e tecnológica, superou as expectativas, apresentando volume de atividades de cooperação acima do esperado. Os principais resultados foram:

- Aprofundamento da cooperação científica e tecnológica no âmbito do Mercosul, inclusive sua ampliação para outros países da América do Sul.
- Acompanhamento do processo da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação, inclusive o processo de articulação interna, com os diferentes atores interessados (representantes de outros ministérios, da sociedade civil, comunidade acadêmico e científica e setor privado).
- Realização de Reunião Ministerial entre os países da América Latina e Caribe, que gerou o E-LAC 2007 – Programa Regional de Cooperação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).
- Comissões Mistas com a China, Coréia do Sul, Rússia, União Européia, Argentina e o Japão, entre outros parceiros brasileiros.
- Desenvolvimento de mecanismo trilateral de cooperação no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul.
- Continuidade da implementação de projetos concretos de cooperação em ciência e tecnologia (C&T) e inovação, no âmbito da Conferência América do Sul-Países Árabes e da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O programa busca, ainda, o desenvolvimento de mecanismos de cooperação inovadores, haja vista a cooperação tripartite no Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. No âmbito do Mercosul, o objetivo continua a ser a utilização de C&T e a pesquisa voltada para a promoção do desenvolvimento.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, o desempenho do programa ocorreu dentro do esperado. Contudo, diante do crescente interesse manifestado pelos parceiros em desenvolver atividades de cooperação com o Brasil e da resultante necessidade de ampliar a estrutura de apoio para os mecanismos de cooperação técnica, científica e tecnológica, os recursos orçamentários foram considerados insuficientes para as atividades desenvolvidas no programa.

Dentre as dificuldades encontradas pela gerência para a implementação das ações, destaca-se a carência de recursos humanos, especialmente na equipe gerencial. Dada a especificidade do programa, verifica-se a necessidade de especialistas para o desempenho de atividades relacionadas com a proposição e o monitoramento das ações de cooperação em ciência e tecnologia.

Além disso, aponta-se a dificuldade em mensurar os resultados do programa por metas físicas e quantificáveis, em razão das especificidades e da dinamicidade da política internacional de cooperação científico-tecnológica.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No que diz respeito à coordenação e à multissetorialidade entre o Itamaraty e os demais ministérios, elas apresentam nível satisfatório, tendo conseguido êxito no decorrer do ano de 2005, permitindo mobilidade e coordenação mútuas.

Quanto à realização de parcerias, a área responsável pelo programa tem mantido estreito, coordenado e persistente diálogo com os parceiros não-governamentais, tendo em vista a importância da cooperação em C&T no contexto da política externa do governo.

No âmbito do programa, a participação social é feita por meio da realização de reuniões com grupos de interesse da sociedade. O objetivo é promover um diálogo permanente e constante com os diversos setores interessados, por meio dos mecanismos de participação social. Em 2005, essa participação contribuiu para a apresentação de subsídios técnicos e demandas, de maneira a operacionalizar a participação do Brasil nos debates sobre cooperação internacional e Sociedade da Informação.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

DIFUSÃO DA CULTURA E IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR

OBJETIVO

Ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e as políticas interna e externa do País.

PÚBLICO-ALVO

Governos estrangeiros, entidades culturais, comunidade internacional, populações e empresas estrangeiras, mídia internacional e seus correspondentes no Brasil.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 26.346.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 24.227.130,00 Pago estatais: - Total: R\$ 24.227.130,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. NÚMERO DE ALUNOS ESTRANGEIROS FORMADOS NOS CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA BRASILEIRA.

Unidade de medida: Pessoa

Último índice apurado: -

Índice previsto ao final do PPA: 20.000

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, o indicador “Número de alunos estrangeiros formados nos Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” apresentou índice apurado de 25.047, número superior à meta estabelecida, de 20.000 alunos formados para o final do período de 2007.

A variação positiva do índice está diretamente ligada ao aumento geral do interesse dos alunos estrangeiros pelo aprendizado da língua portuguesa e revela, em última análise, os resultados positivos alcançados pelo programa em 2005.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O desconhecimento ou conhecimento parcial, por povos estrangeiros, da sociedade brasileira, de sua cultura, seus valores e das políticas interna e externa do País, resulta em distorção, algumas vezes negativa, da imagem do Brasil, contribuindo para a formação de preconceitos ou estereótipos.

O programa “Difusão da Cultura e Imagem do Brasil no Exterior” tem por objetivo ampliar o conhecimento de governos e povos estrangeiros sobre a cultura e a sociedade brasileira e sobre as políticas do país. O trabalho de divulgação da imagem do Brasil no exterior advém da necessidade de difundir a realidade e a cultura brasileira, identificando sua complexidade e os esforços empreendidos pela sociedade civil e pelo governo para resolver determinadas questões pendentes do País.

No que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de divulgação de informações sobre o Brasil, privilegia-se a pauta temática de interesse da comunidade internacional, segundo as demandas de vários interlocutores estrangeiros e atendendo às vertentes pró-ativa e reativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados obtidos no exercício de 2005 propiciaram o alcance do objetivo do programa. Merecem destaque as seguintes realizações:

- 31.021 alunos matriculados na Rede de Ensino Brasileira.
- 1.505 candidatos aprovados no exame para a obtenção do certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros (CELPE-BRAS) em 2005.
- Concessão de bolsas, no sistema educacional brasileiro, a 270 estudantes estrangeiros.
- Realização da exposição de fotografias “Amrik: presença árabe na América do Sul”, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes.
- Realização da exposição “Encontros e reencontros na arte naïf: Brasil-Haiti”, no CCBB – Brasília.
- Realização da exposição “Cartunistas da América do Sul”, por ocasião da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul Americana de Nações.

Além dos resultados acima citados, destacam-se as iniciativas de apoio à divulgação da imagem do Brasil no exterior, como o apoio à realização de palestras, conferências, espetáculos envolvendo artistas brasileiros no exterior, nas artes cênicas, visuais, música, literatura e pela difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa foi considerado dentro do esperado. No que se refere ao fluxo de recursos financeiros, estes foram liberados regularmente em 2005, sem prejuízo da execução física.

Em relação aos aspectos considerados inadequados no programa, apontam-se a necessidade de redefinição do indicador “Número de Alunos Matriculados em Cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira” e a revisão das metas físicas das seguintes ações: “Concessão de bolsas no sistema educacional brasileiro a alunos estrangeiros”, “Difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior” e “Fomento a eventos de divulgação do Brasil no exterior”. Nestas ações, os resultados alcançados foram superiores à previsão da Lei Orçamentária Anual de 2005.

Além disso, com o propósito de ampliar o escopo de atuação do programa, considera-se a necessidade de revisão da norma legal referente à ação “Concessão de bolsas a alunos estrangeiros”. Para tanto, o Departamento Cultural, conforme orientação da Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores, está elaborando uma Portaria interna que regulamentará, no âmbito do Itamaraty, a concessão de bolsas a alunos estrangeiros, que deverá aumentar quando a Portaria entrar em vigor.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Rever as metas físicas das ações: “Concessão de bolsas a alunos estrangeiros no sistema educacional brasileiro”, “Difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior” e “Fomento a eventos de divulgação do Brasil no exterior”, pois a execução física foi superior à prevista para o ano de 2005.
- Revisão da norma legal referente à ação “Concessão de bolsas a alunos estrangeiros”, com vistas a aumentar o número de bolsas concedidas pelo programa.

ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO

OBJETIVO

Formar e aperfeiçoar pessoal para o serviço exterior brasileiro.

PÚBLICO-ALVO

Candidatos à carreira diplomática, com destaque aos afro-descendentes; diplomatas e oficiais de chancelaria e servidores públicos atuantes na área de política externa.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 2.784.046,00
R\$ 3.578.300,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 2.784.046,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE HABILITAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À DEMANDA DO ÓRGÃO.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 82,5 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de profissionais habilitados (aprovados no curso de formação) e o número de profissionais demandados pelo órgão (número de vagas oferecidas no concurso público para a carreira) apresentou um declínio, quando comparado ao ano anterior. Isto porque, para as 40 vagas oferecidas no concurso de 2003, apenas 33 candidatos foram aprovados e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas 2003–2005. Ressalta-se que os 33 diplomatas aprovados no concurso de admissão formaram-se em 2005.

Dessa forma, dada a complexidade do concurso de admissão, em que, muitas vezes, o número de aprovados não é suficiente para preencher o número de vagas disponíveis, torna-se pouco viável o alcance do índice previsto para o final do PPA. Some-se a isso o fato de que o número de diplomatas aprovados no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) está relacionado ao grau de dificuldade do Concurso, não havendo relação direta com o Curso de Formação de Diplomatas.

CONTEXTUALIZAÇÃO

A crescente atuação internacional do Brasil requer o aumento e constante aprimoramento do seu corpo diplomático, que deve estar apto a lidar com os mais

diversos aspectos do cenário internacional e a defender os interesses do país em âmbitos bilateral e multilateral.

O programa “Ensino Profissional Diplomático” visa a capacitar a diplomacia brasileira a tratar com igual competência temas que vão dos direitos humanos ao meio ambiente, da promoção comercial à difusão cultural, ensejando um esforço adicional de aprimoramento na área de relações comerciais.

Dentre as ações desempenhadas no programa, destacam-se: o recrutamento e a seleção, por meio do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, realizado anualmente; o treinamento de funcionários diplomáticos por meio do Curso de Altos Estudos (para Conselheiros); o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (para Segundos Secretários); o Programa de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas (para Terceiros Secretários); o treinamento e aperfeiçoamento de funcionários do MRE, por meio de cursos, palestras e seminários; a oferta de bolsas de estudos para candidatos afro-descendentes à carreira diplomática; e a disseminação da informação à Imprensa e aos funcionários públicos interessados no tema “Política Externa”, por meio da implementação de programas de palestras e conferências.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Ensino Profissional Diplomático tem por objetivo suprir a necessidade de constante formação, treinamento e aperfeiçoamento dos agentes diplomáticos. O Programa é delimitado por duas ações: “Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas” e “Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática”. A partir delas, obtiveram-se os seguintes resultados, em 2005:

- Realização do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) - 2005, com 10.161 candidatos inscritos, dos quais 33 foram aprovados;
- Concurso realizado em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB). Os aprovados foram empossados na classe inicial da Carreira – (Terceiro Secretário) e matriculados no Curso de Formação de Diplomatas.
- O Instituto Rio Branco tem procurado aumentar, gradualmente, a base geográfica de divulgação das informações a respeito do concurso para a carreira diplomática, como forma de democratizar o acesso a essa carreira. Em 2005, o concurso foi divulgado em todas as capitais dos Estados. As provas foram realizadas, exclusivamente, em 17 delas. Outra inovação refere-se à ampliação do número de vagas disponibilizadas. Conforme Edital do CACD, publicado no Diário Oficial da União, em dezembro de 2005, pela primeira vez na história do Itamaraty 105 vagas serão oferecidas para ingresso na Carreira Diplomática, por intermédio do Instituto Rio Branco (IRBr).
- Conclusão do Curso de Formação de Diplomatas 2003–2005, com a aprovação de 33 alunos, com início de carreira como Terceiros Secretários;
- O Curso de Formação de Diplomatas tem duração de 2 anos e é credenciado pela Fundação CAPES, do Ministério da Educação, como Curso de Mestrado Profissional em diplomacia.
- Realização de duas versões do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

(CAD), cada uma delas com 19 diplomatas da classe de Segundo Secretário e de dois Cursos de Altos Estudos (CAE), direcionados a Primeiros Secretários e Conselheiros, com a participação de 29 diplomatas no total.

- No que concerne ao aperfeiçoamento de Diplomatas, o IRBr tem a responsabilidade de organizar os Cursos de Aperfeiçoamento (CAD) e de Altos Estudos (CAE). O CAD é mantido pelo Instituto Rio Branco, como parte integrante do sistema de treinamento e qualificação para a Carreira de Diplomata, com o objetivo de aprofundar e atualizar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas por Segundos Secretários. A aprovação do diplomata no CAD é requisito para a progressão funcional a Primeiro Secretário.
- O CAE integra o sistema de treinamento e qualificação na Carreira de Diplomata e tem por objetivo atualizar e aprofundar os conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos Ministros de Primeira e Segunda Classes. O CAE é estruturado em três fases, que correspondem à elaboração e aprovação do projeto de tese relevante para Política Externa Brasileira, redação da tese e sua aprovação por banca examinadora e à arguição oral do diplomata.
- Concessão de 32 Bolsas-Prêmio de Vocação para a diplomacia, destinadas a candidatos afro-descendentes, para preparação para o CACD 2006.
- Programas de Ação Afirmativa respondem à determinação do governo brasileiro de concretizar os compromissos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância.
- A partir do último trimestre de 2005, com vistas a melhorar as condições de aprendizagem do grupo, instituiu-se o pagamento de ajuda de custo mensal, no valor de R\$ 300,00, durante o ano letivo, para cada estudante. Nesta ocasião, os Estados foram instados a adotar medidas de eliminação da desigualdade racial, com políticas que visassem, por exemplo, a alterar o padrão de desigualdade nos índices educacionais de negros e brancos e promovessem o acesso racialmente democrático ao mercado de trabalho.
- Estes objetivos estão integrados ao “Plano Brasil de Todos: Participação e Inclusão” (Plano Plurianual 2004–2007), que estabelece como diretriz a implantação de políticas de erradicação da discriminação racial e apoio a iniciativas de promoção da igualdade social. Por meio da “Concessão de Bolsas de Estudos a Candidatos Afro-descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática”, o Itamaraty reconhece a necessidade de realizar um esforço adicional no processo de preparação e recrutamento de candidatos, com vistas a ampliar o acesso da população negra e indígena à carreira diplomática.
- Em 2005, o programa concedeu 30 novas bolsas, além de ter renovado o auxílio de dois candidatos que, em 2004, foram aprovados nas fases preliminares do Concurso de Admissão, mas não chegaram à fase final. Pela primeira vez, foi feito um esforço intenso de divulgação, nos Estados da Federação, atraindo um maior percentual de negros e pardos, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tais esforços permitiram que a divulgação alcançasse todas as capitais brasileiras e que o concurso fosse realizado em 23 cidades.
- No processo seletivo, a Comissão Interministerial, composta pelo Ministério das Relações Exteriores (Instituto Rio Branco) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (Fundação CNPq), foi responsável pela análise da documentação

dos candidatos e pela entrevista técnica, contando com a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da Fundação Cultural Palmares. O valor anual da bolsa-prêmio permaneceu em R\$ 25.000 para cada bolsista. Os 32 bolsistas prestarão o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática de 2006.

- O IRBr também oferece aulas de inglês a um grupo de estudantes indígenas. Em 2005, foram oferecidas 110 horas/aula de inglês a um grupo de dez estudantes, os quais, a partir do último trimestre do mesmo ano, passaram a receber uma ajuda de custo mensal de R\$ 300,00.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, os recursos orçamentários foram suficientes para a execução das atividades do programa. Cumpre ressaltar que o Edital do Curso de Admissão à Carreira de Diplomata – 2006 prevê a oferta de 105 vagas para a classe inicial da Carreira de Diplomata, fato que implicará custos adicionais à manutenção das atividades desenvolvidas no âmbito do programa “Ensino Profissional Diplomático”, a partir de 2006.

No que diz respeito à execução das metas físicas, ressalta-se a necessidade de revisão das metas referentes à ação “Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas”, uma vez que a Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, cria 400 (quatrocentos) cargos efetivos na Carreira de Diplomata, o que impõe significativa mudança nos índices físicos da ação.

Em relação à implementação do programa, os recursos materiais e de infraestrutura foram adequados durante o ano de 2005. Entretanto, a Medida Provisória nº 269 gera a expectativa de aumento considerável das atividades que compõem o programa “Ensino Profissional Diplomático”, o que certamente acarretará novas necessidades em termos de recursos materiais, de infra-estrutura e, inclusive, de recursos humanos.

No que tange à composição das fontes de financiamento, no âmbito da Ação “Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática”, houve uma retração das instituições que participam com recursos financeiros. Em 2004, as instituições partícipes foram: os Ministérios das Relações Exteriores, da Ciência e Tecnologia e da Cultura, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a de Promoção da Igualdade Racial e a de Políticas para as Mulheres.

Por outro lado, em 2005, apenas o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia destinaram recursos à ação. Como consequência, foram oferecidas 32 bolsas, dez a menos do que as oferecidas no ano anterior.

Deve-se ressaltar também que, no âmbito dessa mesma ação, das 32 bolsas concedidas a candidatos afro-descendentes, no valor total de R\$ 25.000,00 por aluno, apenas 20 foram concedidas com recursos financeiros alocados ao Instituto Rio Branco; as demais foram concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Relativamente à implementação dessa ação, destaca-se a constante comunicação entre a gerência do programa e o ente executor, o CNPq.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O Instituto Rio Branco tem envidado esforços no sentido de ampliar a abrangência geográfica do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata. Em 2005, as três fases do Concurso tiveram lugar em 17 capitais estaduais. O mesmo vem acontecendo com o Processo Seletivo do Programa de Ação Afirmativa do IRBr: Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, cuja versão 2005 realizou-se em 23 cidades. Ressalte-se que houve ampla divulgação do Programa nos Estados da Federação que, de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, possuem maior percentual de habitantes afro-descendentes. Em ambos os casos foram preenchidas todas as vagas oferecidas.

Em face à crescente demanda pelos cursos e seminários promovidos pelo IRBr e do número expressivo de candidatas ao CACD 2005 (10.161 inscrições), revela-se o interesse da sociedade nas atividades desenvolvidas pelo Instituto e na carreira diplomática. Vale lembrar que 972 pessoas participaram do Processo Seletivo do Programa de Ação Afirmativa do IRBr, o que também denota o interesse do público-alvo do Programa.

No que se refere à participação social, a ação “Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática” apresenta ampla repercussão social, enquadrando-se no âmbito das ações afirmativas que visam a corrigir distorções históricas no tratamento aos brasileiros afro-descendentes. Em 2005, 32 bolsistas receberam a “Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia”, paga durante dez meses. A função da bolsa é permitir aos bolsistas que se preparem adequadamente para o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, que acontece anualmente. Deve-se ressaltar, também, que o IRBr ofertou aulas de inglês para um grupo de indígenas, proporcionando-lhes uma ajuda de custo para que pudessem freqüentar o curso.

O Instituto Rio Branco promove, todos os anos, reuniões entre os bolsistas e os alunos do Curso de Formação de Diplomatas. Essas reuniões permitem que os bolsistas estabeleçam contato com integrantes da carreira diplomática e possam tirar dúvidas sobre o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD) e sobre a própria carreira. Nessas ocasiões, em que há também palestras e contatos com as instituições partícipes, os bolsistas fazem sugestões ao desenvolvimento da ação e fornecem subsídios para o seu aperfeiçoamento.

RECOMENDAÇÕES

- Necessidade de revisão das metas referentes à Ação “Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas”, uma vez que a Medida Provisória nº 269, de 15 de dezembro de 2005, cria quatrocentos cargos efetivos na Carreira de Diplomata, o que impõe significativa mudança nos índices físicos da Ação.
- Articulação com outras Instituições para o financiamento da ação “Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-Descendentes e Indígenas à Carreira Diplomática”.

GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

OBJETIVO

Assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais de seu interesse.

PÚBLICO-ALVO

Governo e sociedade brasileiros.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 602.240.609	Empenho Liquidado: R\$ 522.945.097,00 Pago estatais: - Total: R\$ 522.945.097,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

O programa não possui indicador por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa “Gestão da Participação em Organismos Internacionais” é um programa de gestão de políticas públicas que tem por objetivo assegurar a presença do governo brasileiro nos organismos internacionais, por meio da gestão do pagamento das contribuições destinadas a esses organismos. As contribuições e seus fins são estabelecidos com base nas cláusulas dos acordos assinados, e também na forma e periodicidade da prestação de contas, seguindo a prioridade estabelecida pela política externa brasileira.

Trata-se de um programa de natureza multissetorial, que visa a propiciar a adequada participação de delegações brasileiras em negociações internacionais, tanto em âmbito bilateral quanto multilateral. Dessa forma, reflete as competências do Ministério das Relações Exteriores sobre as relações com organismos internacionais, conferidas no art 1º do Decreto 5.032, de 2004.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção da presença do governo brasileiro em organismos internacionais e pagamento do passivo e do fluxo junto à ONU e à OMC e do fluxo junto ao MERCOSUL, OTCA, ALADI e FLACSO;

A insuficiência de recursos e o aspecto do fator câmbio, considerando que os débitos são calculados em dólares (ou outras moedas fortes), têm dificultado a manutenção da participação do governo brasileiro e o cumprimento de acordos internacionais junto aos organismos internacionais. Contudo, a desvalorização do dólar a partir do 2º trimestre de 2005 contribuiu significativamente para o alcance dos resultados do programa, com o pagamento de parte do passivo do Governo que, em valores atuais, alcança aproximadamente 80 milhões de dólares norte-americanos, apenas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Ressalta-se que, para o alcance dos resultados do programa, tanto para o pagamento do passivo quanto do fluxo, o fator câmbio é de relevante importância, podendo, inclusive, afetar os resultados caso venha a ser compensada a perda cambial.

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores tem envidado constantes esforços no sentido de sensibilizar as autoridades econômicas do governo para a importância do fiel cumprimento desses acordos internacionais assumidos pelo Brasil no exterior, cujo inadimplemento pode acarretar graves consequências para a imagem do país no cenário mundial. Esses foros multilaterais constituem, hoje, o principal meio de negociação dos interesses políticos e econômicos do Brasil. A inadimplência gera sanções, tais como a perda de voz ou voto, o que dificulta a plena atuação do Brasil na defesa de seus interesses.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em 2005, o desempenho do programa foi considerado abaixo do esperado. A previsão orçamentária, insuficiente para o pagamento do fluxo e a amortização da dívida, bem como o atraso na liberação dos recursos, fizeram com que o pagamento do saldo do passivo e do fluxo junto à ONU fosse efetivado somente em janeiro de 2006. Não obstante, ainda há um passivo acumulado de US\$ 80 milhões.

As dotações orçamentárias e os recursos liberados revelaram-se inferiores ao necessário para que o governo brasileiro cumprisse os compromissos assumidos junto aos organismos internacionais. Para isso, torna-se necessário que o orçamento do programa contemple créditos orçamentários suficientes ao pagamento de todas as contribuições devidas pelo Estado brasileiro, caso não verificado ao longo dos anos pois o montante é sempre inferior ao total devido. Esta situação se agrava a cada ano, pelos sucessivos débitos de anos anteriores. Em 2005, os recursos disponibilizados permitiram apenas o pagamento parcial do fluxo das contribuições e de parte da dívida acumulada.

Dada a sua natureza multisetorial, o programa abrange ações de outros ministérios, mediante o pagamento de contribuições; contudo, o nível de obtenção de informações é bastante precário, não havendo integração entre a gerência do programa e os órgãos executores. A não obtenção de informações suficientes e atualizadas inabilita a gerência a uma avaliação completa a respeito do desempenho da execução das ações. Das 140 ações que compõem o Programa, somente 11 estão sob a coordenação do MRE e os demais Ministérios, quando contatados, nem sempre respondem às consultas.

Em relação aos aspectos da concepção do programa, considerados inadequados em 2005, ressalta-se a necessidade de criação de ações específicas para as contribuições aos seguintes organismos:

- Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).
- Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).
- Tribunal Penal Internacional (TPI).
- Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB).
- Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).
- Comissão Internacional da Baleia (CIB).
- Comitê Intergovernamental dos Países da Bacia do Prata.
- Conferência de Haia de Direito Internacional Privado.
- Convenção para a Conservação dos Recursos Marinhos Antárticos.
- Organização Mundial de Propriedade Intelectual.

Atualmente, essas contribuições são pagas pela ação 0871, denominada “Contribuição a Outros Organismos Internacionais”, a qual engloba mais de 20 organismos. Os recursos disponibilizados para essa ação, contudo, são reduzidos, o que obriga à realização de uma seleção para o pagamento do fluxo anual e do passivo acumulado, havendo casos, inclusive, de perda de voto nos organismos em que o país tem participação.

A proposta de criação de novas ações para alguns desses organismos tem por finalidade a garantia de recursos próprios para tais contribuições, no intuito de minimizar o risco de perda de voto e também de evitar o pagamento de multas que oneram ainda mais as contribuições.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Aperfeiçoar a articulação entre o Ministério das Relações Exteriores e os demais órgãos setoriais que possuem interface com o programa, objetivando uma melhor integração e disponibilização de informações sobre a execução das ações.
- Revisão e avaliação da necessidade da participação do Brasil em diversos organismos internacionais, a partir da análise do Decreto 92.392, de 1986, que normatiza a adesão do governo brasileiro a compromissos financeiros com organismos internacionais. Essa proposta se justifica pela insuficiência de recursos orçamentários para o programa, o qual não contempla suficientemente o pagamento de todas as 140 contribuições devidas pelo Estado brasileiro.

GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA

OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de relações exteriores.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos)	Empenho Liquidado:	R\$ 24.973.617,00
R\$ 32.889.583,00	Pago estatais:	-
	Total:	R\$ 24.973.617,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

INDICADOR(ES)

O programa não possui indicador por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa Gestão da Política Externa consiste em um programa de gestão de políticas públicas, concebido para abrigar ações de apoio às atividades finalísticas do Ministério das Relações Exteriores. Compreende a coordenação das ações relacionadas à gestão de políticas públicas na área de relações exteriores. Pela própria natureza de um programa de gestão, suas ações atendem demandas para o desempenho de funções de outras unidades do próprio Ministério ou de órgãos como a Presidência da República.

As ações deste programa são executadas visando ao aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos de gestão, assim como dos mecanismos de controle no Itamaraty, voltados para o cumprimento das normas funcionais, a ética, a transparência e a eficácia na defesa dos interesses nacionais, promovendo, dessa forma, a articulação das ações de governo no plano externo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Capacitação de 1.193 servidores: A qualificação de um número maior que o previsto na Lei Orçamentária Anual (700 servidores), contribuiu para a melhoria dos processos de trabalho nas várias áreas do Ministério.
- Realização de eventos internacionais de grande repercussão, para o estreitamento das relações do Brasil com outros países e regiões, tais como:
 - Cúpula América do Sul - Países Árabes (10 e 11 de maio de 2005).

- Conferência Ministerial Regional Preparatória para a fase de Túnis da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação (8 a 10 de junho de 2005).
- Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (29 e 30 de setembro de 2005).
- Atendimento às necessidades da diplomacia presidencial:
Organização de missões oficiais do Presidente e do Vice-Presidente da República e da prestação de serviços de cerimonial.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

O desempenho do programa, no ano de 2005, ocorreu dentro do esperado. Em consequência do caráter tradicional e regular das atividades compreendidas pelo programa, as metas físicas foram realizadas dentro da previsão inicial e de acordo com as disponibilidades financeiras. Embora tenha ocorrido descontinuidade do fluxo de recursos no decorrer do ano, esta não prejudicou a execução das ações programadas.

Não foram identificados aspectos de inadequação na concepção do programa, tampouco possíveis restrições a ele.

Dentre os aspectos que dificultaram a implementação do programa, foram apontadas a quantidade inadequada e a insuficiente qualificação de recursos humanos, especialmente nas equipes executoras.

A qualificação de servidores para o desempenho de funções relacionadas à gestão do Plano Plurianual ainda não é satisfatória. Além disso, a peculiar rotatividade de pessoal do Ministério das Relações Exteriores dificulta a formação de quadro especializado para o desenvolvimento do trabalho. A necessidade de capacitação é recorrente, devido ao curto período de permanência dos servidores capacitados no Brasil.

Cabe notar, também, o progressivo aumento da interação entre a Gerência do Programa e os Coordenadores de Ação. Iniciativas têm sido implementadas com vistas à sensibilização dos Coordenadores de Ação para a alimentação dos dados no Sistema de Informações Gerenciais (SIGPlan) e a preparação de relatórios de situação, o que levou a um considerável aumento do índice de registro das informações em 2005. Uma boa prática implementada na gestão do programa, em 2005, é a elaboração e utilização de formulários como instrumentos para o monitoramento das ações. Os formulários, elaborados pela Gerência do Programa, são distribuídos aos Coordenadores de Ação nos casos em que alguma informação adicional se faz necessária para o melhor conhecimento do desempenho das ações do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Não há.

RECOMENDAÇÕES

- Recomposição da força de trabalho do Ministério das Relações Exteriores, em especial das equipes executoras dos programas do PPA, com vistas a diminuir a carência de recursos humanos e melhorar o desenvolvimento dos trabalhos.
- Capacitação em gestão de programas para as equipes executoras dos programas do PPA.

PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

OBJETIVO

Ampliar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional.

PÚBLICO-ALVO

Empresas exportadoras ou com potencial exportador e empresas com potencial para captação de investimento direto estrangeiro.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 16.634.100,00	Empenho Liquidado: R\$ 12.131.231,00 Pago estatais: - Total: R\$ 12.131.231,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE APOIO A EMPRESAS EXPORTADORAS

Unidade de medida: Percentagem

Último índice apurado: 92 em 2005

Índice previsto ao final do PPA: 95

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, Taxa de Apoio a Empresas Exportadoras, calculado pela relação percentual entre o número de empresas apoiadas pelo programa e o número de empresas exportadoras, apresentou, em 2005, índice de 92%, superior ao do ano anterior, de 88%. O aumento do índice reflete o constante aprimoramento tecnológico do Sistema BrazilTradeNet (BTN) e sua difusão entre o público-alvo do programa.

Dessa forma, com a progressão do parâmetro a cada ano, a probabilidade de alcance do índice originariamente previsto para o final do PPA é alta.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O baixo nível das exportações brasileiras, devido a dificuldades de acesso aos mercados externos e, em parte, à fraca cultura do empresariado brasileiro, é tema relevante no âmbito das relações exteriores.

Como forma de apoiar o acesso de empresas brasileiras ao mercado internacional, mediante o emprego da diplomacia comercial, foi instituído, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores –MRE, o programa Promoção das Exportações.

Esse programa visa, principalmente, à aproximação da oferta exportável brasileira à demanda dos mercados externos, mediante: a) coleta e disseminação de informações sobre oportunidades de exportação de produtos e serviços brasileiros e b) apoio à participação de empresas brasileiras em eventos e outras ações promocionais, de interesse para a ampliação e diversificação das exportações brasileiras e para o aumento dos fluxos de turismo em direção ao Brasil. No âmbito do programa, cuida-se, igualmente, de promoção de investimentos, mediante: a) tratamento e difusão de informações e b) organização de eventos. Por fim, mais recentemente passaram à esfera de atribuições do programa, atividades de promoção de importações de outros países sul-americanos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados alcançados em 2005 propiciaram o pleno atendimento do objetivo delineado pelo programa Promoção das Exportações. Trata-se de resultado do trabalho em várias vertentes, sempre com foco no atendimento ao empresário.

Em 2005, as atenções estiveram voltadas à promoção de exportações, atração de investimento direto estrangeiro (IDE), promoção de importações de outros países sul-americanos e estímulo aos investimentos brasileiros no exterior. Os principais resultados foram:

- Organização e apoio a missões empresariais, no âmbito de viagens oficiais para o exterior de autoridades do Governo Federal, e missões empresariais, com o objetivo de estimular a maior participação do empresariado brasileiro no comércio internacional.
- No âmbito da ação “Missões Comerciais”, que objetiva incrementar e diversificar as iniciativas destinadas ao aumento das exportações e divulgar o potencial exportador brasileiro junto aos principais mercados internacionais de captação de investimentos, destacam-se, entre outras, as missões aos seguintes países: Arábia Saudita, Kuwait, Colômbia, Japão, Portugal, e a Primeira Missão Empresarial Brasileira ao Cazaquistão.
- Além disso, foi organizada, no âmbito do programa, a vertente empresarial da Cúpula América do Sul-Países Árabes, que contou com a participação de cerca de 500 empresários, de 34 países. Igualmente bem-sucedida foi a candidatura do Brasil em 2005 para sediar a 31ª Reunião do IAPWG (Grupo de Trabalho de Licitação Inter-Agência do Sistema das Nações Unidas), a ser realizada em Belo Horizonte, em junho de 2006, o que representa uma boa ocasião para divulgar oportunidades comerciais e, eventualmente, aumentar as exportações brasileiras.
- Em 2005, foram desenvolvidas diversas atividades para promoção de encontros e eventos promocionais, destacando-se os seguintes eventos:
- O evento promocional no âmbito do Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, o qual reuniu, em janeiro, cerca de 100 participantes de alto nível, com interesse potencial ou efetivo em investir no Brasil e contou com a presença do Presidente da República e dos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
- O Encontro Empresarial da América do Sul-Países Árabes, realizado em Brasília, que contou com a participação de aproximadamente 500 empresários das duas regiões. O objetivo foi o de fomentar a aproximação comercial e a exploração de oportunidades de comércio e investimentos entre os 34 países

envolvidos.

- Os Encontros: a) de instituições bancárias e b) de companhias aéreas sul-americanas em Brasília, concomitantes à Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em setembro. Os encontros viabilizaram, a cerca de 130 representantes de ambos os setores, a oportunidade de apresentar e debater temas de interesse para a integração continental dessas duas áreas-chave. No workshop sobre integração financeira, os temas incluíram Convênios de Crédito Recíproco (CCR) e Parcerias Público-Privadas; no workshop com companhias aéreas, discutiram-se logística e integração de malhas aéreas.
- O Encontro de Alto Nível para Investidores Estrangeiros em São Paulo, organizado em dezembro, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), contou com a participação de cerca de 200 investidores estrangeiros.
- Aumento e aprimoramento da divulgação de serviços e produtos disponibilizados na BrazilTradeNet.

No âmbito da ação BrazilTradeNet, ressalta-se a manutenção e o aprimoramento do mais avançado instrumento eletrônico de promoção comercial da América Latina. No site www.braziltradenet.gov.br é possível acessar, gratuitamente, um abrangente banco de dados de empresas importadoras, oportunidades comerciais, pesquisas de mercado e informações sobre eventos no Brasil e no exterior, além de uma extensa lista de publicações, palestras temáticas e indicadores econômicos.

Em 2005, foi fortalecida a capacidade de processamento de dados do site e deu-se seqüência ao trabalho de atualização mensal dos dados das empresas nele cadastradas. Cumpre destacar, ainda, que a formatação do portal, lançado com sucesso em São Paulo no “BTN Show Room”, em dezembro de 2005, foi revista e atualizada. Ele consiste em uma vitrine virtual, que possibilita a todo empresário cadastrado no site construir, gratuitamente, a página de sua empresa na Internet, com fotos de produtos e serviços. Por meio deste sistema, verificaram-se os seguintes resultados:

- 18.010 registros de empresas brasileiras.
- 38.764 registros de empresas não brasileiras.
- 4.573 oportunidades comerciais divulgadas.
- 11.885 ofertas de exportação.
- 94 concorrências públicas internacionais divulgadas.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Em relação à execução orçamentária, o programa não dispôs de dotações suficientes. Os recursos orçamentários mostraram-se aquém do necessário para atender à demanda de atividades desta natureza. Contudo, a liberação dos recursos ocorreu em fluxo compatível com a programação do órgão.

No que se refere ao cumprimento das metas físicas, o programa superou as previsões.

Dentre as dificuldades encontradas pela gerência para a implementação das ações, destacam-se a carência de recursos materiais, de espaço físico e de infra-estrutura,

além de quantidade inadequada de recursos humanos, em especial nos Setores de Promoção Comercial (SECOMS) do MRE, distribuídos em 57 postos no exterior, onde há apenas 180 contratados locais.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

No tocante ao monitoramento, é feito o acompanhamento mensal do desempenho físico das ações que compõem o Programa. A gerência produz, também, relatórios trimestrais de atividades dos Setores de Promoção Comercial no exterior e, anualmente, é elaborado o Balanço de Resultados de atividades de promoção comercial no âmbito do MRE. O documento é publicado em versão impressa e disponibilizado no site da BrazilTradeNet.

Relativamente aos mecanismos de parceria, destaca-se o êxito das parcerias com entidades de classe, governos estaduais e municipais em todo o Brasil, que contribuíram com recursos humanos, operacionais e institucionais. Destacam-se, neste sentido, as federações de comércio e indústria e as câmaras de comércio.

A cobertura do público-alvo foi bastante satisfatória, mantendo-se praticamente o mesmo nível de atendimento do exercício de 2004. Foram 5.560 atendimentos pelo “Fale Conosco” da BrazilTradeNet, 5.844 validações de empresas brasileiras e 21.997 validações de empresas não-brasileiras, que constituem números bastante expressivos. No tocante a outros serviços e informações oferecidos aos usuários, destacam-se a atualização e o aprimoramento do conteúdo do site, a elaboração de materiais utilizados em eventos de promoção comercial, o treinamento de metodologias e processos em ambiente de suporte a usuários e as estatísticas de comércio exterior para o desenvolvimento de negócios internacionais.

A resposta do setor privado ao programa é positiva e sempre monitorada a partir das avaliações realizadas no sistema BTN. A BrazilTradeNet realiza enquetes periódicas sobre a satisfação de seus beneficiários, tendo obtido, em 2005, os seguintes resultados:

- 63,10% dos usuários acessam o site semanalmente.
- 72,53% já fecharam negócios graças a ofertas ou informações disponíveis na BTN.
- 93% acreditam que as missões empresariais facilitam e incrementam as exportações brasileiras.
- Estes dados são armazenados e servem como referência para a organização de futuras atividades, proporcionando o aperfeiçoamento do programa.

RECOMENDAÇÕES

- Aprimorar a articulação entre a gerência do programa e as coordenações das ações executadas em outros órgãos setoriais.

RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 372.586.995,00	Empenho Liquidado: R\$ 312.171.660,00 Pago estatais: - Total: R\$ 312.171.660,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE RELACIONAMENTO DIPLOMÁTICO COM ESTADOS ESTRANGEIROS.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 95,3 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

Em 2005, o indicador do programa, calculado pela relação percentual entre o número de países onde o Brasil possui representação diplomática e o total de países que mantêm atividade diplomática, manteve-se no mesmo patamar do ano de 2004.

Entretanto, é baixa a viabilidade de alcance do indicador, haja vista que uma eventual evolução no índice não demonstra alteração positiva na execução do programa, pois o estabelecimento de relações diplomáticas é decisão política exclusiva do Presidente da República.

No período de 2005, o governo brasileiro criou novas representações diplomáticas em países em que até então não havia representação permanente, além de repartições consulares em países com representação permanente. Houve, contudo, pequena variação no índice, o que não demonstra com exatidão os resultados obtidos a partir da implementação do programa.

CONTEXTUALIZAÇÃO

As relações internacionais e a defesa do interesse nacional do Brasil junto a Estados estrangeiros constituem princípios fundamentais previstos no art. 4º da Constituição Federal da República. No âmbito de sua competência, cabe ao Ministério das Relações Exteriores, como órgão auxiliar do Presidente da República na formulação da política exterior do Brasil, estabelecer relações com Estados estrangeiros, organizações e organismos internacionais.

O programa “Relações do Brasil com Estados Estrangeiros” tem por objetivo representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional. Abrange ações continuadas e executadas fora do país.

A execução das ações do programa envolve as representações diplomáticas e consulares no exterior (Embaixadas, Consulados-Gerais, Consulados, Vice-Consulados e Escritórios de Representação) junto a Estados estrangeiros. Essas ações prevêm partidas regulares e mensais de recursos, em moeda estrangeira, para Embaixadas, Consulados e demais representações diplomáticas brasileiras no exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção dos Postos de Representação do Brasil no exterior.
- Abertura/Criação das seguintes representações diplomáticas:
 - Consulado-Geral do Brasil em Beirute, Líbano.
 - Consulado-Geral do Brasil em Genebra, Suíça.
 - Consulado-Geral do Brasil em Lagos, Nigéria.
 - Consulado-Geral do Brasil em Paris, França.
 - Embaixada do Brasil em Adis Abeba, Etiópia.
 - Embaixada do Brasil em Belmopan, Belize.
 - Embaixada do Brasil em Belmopan, Belize.
 - Embaixada do Brasil em Cartum, Sudão.
 - Embaixada do Brasil em Colombo, Sri Lanka.
 - Embaixada do Brasil em Cotonou, Benin.
 - Embaixada do Brasil em Dar Es Salam, Tanzânia.
 - Embaixada do Brasil em Doha, Catar.
 - Embaixada do Brasil em Laundê, Camarões.
 - Embaixada do Brasil em Lomé, Togo.
 - Embaixada do Brasil em Malabo, Guiné Equatorial.
 - Embaixada do Brasil em Nassau, Bahamas.
 - Embaixada do Brasil em Zagreb, Croácia.
- Recebimento de 45.718 integrantes de missões/delegações brasileiras, inclusive representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Realização de 934 eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos e outros.
- Atendimento a 876.112 brasileiros e 572.020 estrangeiros nas repartições consulares no exterior.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

Apesar das restrições orçamentárias ocorridas em 2005, a execução do conjunto de ações que compõem o programa se mostrou dentro do esperado, sendo possível, além do alcance dos resultados já destacados, manter as atividades de representação e assistência consular nos 156 postos no exterior, que servem de base para a execução da po-lítica externa brasileira.

O contingenciamento financeiro e a liberação financeira tardia de créditos suplementares ocasionaram a não utilização integral dos créditos e afetaram a execução de algumas ações, em especial: 6091 – “Relações e Negociações com Angola, Moçambique e demais países Africanos e Asiáticos de Língua Portuguesa” e 6284 – “Relações e Negociações com os Países-Membros do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e Associados”.

Entretanto, face ao contingenciamento e à descontinuidade do fluxo, foram adotadas medidas administrativas para minimizar o seu impacto nas atividades dos postos no exterior enquanto se aguardava a liberação dos créditos financeiros para a quitação dos compromissos assumidos. Dessa forma, as dificuldades de ordem financeira, em algumas ações, não chegaram a prejudicar de forma decisiva a execução do programa.

Destaca-se, também, a inclusão da ação 12HG - “Aquisição de Imóvel Destinado à Residência da Embaixada do Brasil em São Tomé, em São Tomé e Príncipe , por meio de crédito orçamentário adicional que permitiu a aquisição do referido imóvel naquele país.

Quanto aos recursos humanos, materiais e de infra-estrutura, estes se apresentam adequados à implementação do programa.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O recebimento de delegações do governo brasileiro, constituídas por representantes dos três poderes da União, a participação e realização de inúmeros eventos, tais como conferências, mostras de cinema, seminários, o atendimento a brasileiros e estrangeiros nas repartições consulares e a concessão de vistos e passaportes, entre outros serviços, são atividades executadas pelos postos no exterior para beneficiários do programa, quais sejam: no governo brasileiro, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; a população brasileira; comunidades brasileiras residentes no exterior; governos e sociedades estrangeiros.

No entanto, para melhor cobertura do público-alvo, são necessárias iniciativas que possibilitem a ampliação e adequação da rede de postos no exterior e que permitam a atuação diplomática e o crescimento das relações diplomáticas brasileiras com Estados estrangeiros.

A satisfação do público-alvo, observada nos contatos diretos com brasileiros, turistas e residentes no exterior, com estrangeiros que buscam os serviços das Embaixadas e Consulados no Brasil e com os próprios representantes do governo brasileiro que utilizam os serviços dessas repartições em viagens oficiais, permitiu avaliar de forma muito positiva o desempenho das ações implementadas nos postos no exterior.

Além disso, o recebimento de delegações, a realização de inúmeros eventos do tipo conferências, mostras de cinema, seminários diversos, o atendimento a brasileiros e estrangeiros nas repartições consulares e a concessão de vistos e passaportes, entre outros serviços, têm sido executados de maneira eficiente pelos postos no exterior. Destaca-se, também, a satisfação, em especial do setor produtivo brasileiro, em virtude do apoio prestado pelas representações diplomáticas brasileiras no exterior, à solução de contenciosos comerciais, tais como algodão, frango, entre outros.

A participação social se dá por meio de reuniões com as comunidades brasileiras no exterior, reuniões e contatos com exportadores brasileiros e apoio nas negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro. Tal participação tem contribuído para a melhoria e ampliação dos serviços consulares prestados às comunidades brasileiras no exterior e à comunidade internacional, para o maior atendimento das necessidades de exportadores brasileiros e para a eficiência nas negociações bilaterais de interesse do governo brasileiro.

O monitoramento das ações do programa é realizado através de mecanismos de controle e acompanhamento da evolução dos custos nas atividades dos postos no exterior (sistemas informatizados, formulários de avaliação e programação, entre outros). O gerente possui uma equipe técnica para assessorá-lo, encarregada da atualização mensal do SIGPLAN e do acompanhamento da execução orçamentário-financeira dos recursos envolvidos no programa, com vistas ao cumprimento de seus objetivos e metas. A equipe também é responsável pela proposição de novas metodologias e tecnologias que visem a aumentar a eficácia dos mecanismos de controle e gestão do Programa.

Para garantir o fluxo tempestivo de informações gerenciais acerca da execução de cada uma das ações, são adotados instrumentos, tais como elaboração e implantação de formulários eletrônicos, utilização de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas, registro e análise das necessidades dos postos em função da disponibilidade orçamentária e financeira, entre outros. As informações da execução de cada uma das ações são transmitidas mensalmente pelos postos envolvidos na execução do programa. As previsões para o exercício subsequente são transmitidas anualmente através de instrumento específico (Programação Orçamentária dos Postos – POP).

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.

RELAÇÕES DO BRASIL COM ESTADOS ESTRANGEIROS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros perante Estados estrangeiros e organizações internacionais e manter o Governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 5.039.000,00	Empenho Liquidado: R\$ 5.025.952,00 Pago estatais: - Total: R\$ 5.025.952,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

ESTE PROGRAMA NÃO FOI AVALIADO

COMENTÁRIO

O Programa não foi avaliado pela sua Gerência em relação à execução em 2005. Foram executados R\$ 5 milhões na ação "Apoio à Operação de Ajuda Humanitária aos Países da Ásia Atingidos pelo Maremoto", criada por meio de crédito extraordinário, sob responsabilidade do Ministério da Defesa.

RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO ÂMBITO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

OBJETIVO

Representar o Brasil e negociar interesses brasileiros no âmbito de organizações internacionais e manter o governo brasileiro informado sobre a evolução político-econômica internacional.

PÚBLICO-ALVO

Governo brasileiro, sociedade brasileira e comunidade internacional.

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Autorizado (LOA + Créditos) R\$ 82.551.361,00	Empenho Liquidado: R\$ 69.964.611,00 Pago estatais: - Total: R\$ 69.964.611,00
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

INDICADOR(ES)

1. TAXA DE REPRESENTAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

Unidade de medida: Percentagem
Último índice apurado: 96,81 em 2005
Índice previsto ao final do PPA: 100

Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O indicador do programa, calculado pelo número de organizações internacionais nas quais o Brasil está representado sobre o número de organizações internacionais de interesse do Brasil, apresentou, em 2005, variação positiva, quando comparada ao ano anterior. A variação do índice deve-se à criação das seguintes representações:

- Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.
- Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa.

Entretanto, é baixa a viabilidade de alcance do índice previsto ao final do PPA, dada a dificuldade na representação do país em todos os organismos internacionais de interesse do Brasil, uma vez que o estabelecimento de relações diplomáticas é resultado da congruência entre os diversos aspectos da conjuntura externa, aliada à decisão política exclusiva do Presidente da República.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O programa “Relações e Negociações do Brasil” no âmbito dos Organismos Internacionais, criado a partir da demanda pela defesa do interesse nacional do Brasil junto a Organismos Internacionais, objetiva assegurar a participação do Brasil nas negociações dos interesses brasileiros junto aos Organismos Internacionais.

O programa reflete, ainda, as competências do Ministério das Relações Exteriores, estabelecidas no Decreto 5.032, de 2004, quais sejam: a política internacional, as relações diplomáticas e os serviços consulares; a participação nas negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais de entidades estrangeiras; programas de cooperação internacional; e o apoio a delegações, comitivas e representações brasileiras em agências e organismos internacionais e multilaterais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Manutenção dos 9 postos de representação, o que propiciou o desenvolvimento dos trabalhos, rodadas de negociações e reuniões junto aos organismos internacionais.
- Assinatura de memorandos de entendimentos, acordos e ajustes complementares de acordos e convênios, no âmbito dos organismos internacionais.
- Criação das seguintes Representações:
 - Missão Permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Organismos Internacionais Conexos, com sede em Viena.
 - Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com sede em Lisboa.

DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

A execução do conjunto de ações que compõem o programa mostrou-se dentro do esperado, possibilitando a manutenção das atividades de representação nos 9 postos que compõem o programa.

O cumprimento das metas físicas do programa, que expressam a quantidade de postos de representação mantidos no exterior, manteve-se dentro do previsto no decorrer do ano. Para tanto, torna-se necessário, em virtude da abertura de novos postos (Delegações ou Missões), o ajuste da meta para o exercício seguinte.

Os recursos orçamentários disponibilizados foram suficientes. Embora a execução do programa demande partidas regulares e mensais de recursos em moeda estrangeira para as missões brasileiras no exterior, a suficiência orçamentária foi proporcionada pela valorização do Real frente ao Dólar-norte-americano.

O contingenciamento financeiro e a liberação tardia de créditos suplementares acarretou a não utilização integral do orçamento autorizado, mas a descontinuidade do fluxo financeiro não chegou a prejudicar decisivamente a execução das atividades previstas.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

O êxito na condução das diversas negociações dos interesses brasileiros junto aos organismos internacionais e a crescente participação do Brasil nas decisões de cunho internacional demonstram o bom desempenho do programa, no que diz respeito à cobertura do público.

Em razão da especificidade do programa, não existem mecanismos que promovam a participação social, uma vez que ele apenas dá suporte às negociações, com o intuito de obter êxitos dos propósitos dos temas de interesse do governo brasileiro tratados no âmbito dos organismos internacionais.

Quanto ao monitoramento, este é realizado através de mecanismos de controle e acompanhamento da evolução dos custos nas atividades dos postos no exterior (sistemas informatizados, formulários de avaliação e programação, entre outros).

Para garantir o fluxo tempestivo de informações gerenciais relativas à execução de cada uma das ações, são adotados os seguintes instrumentos: elaboração e implantação de formulários eletrônicos; utilização de canais diretos de comunicação entre o gerente e as demais unidades envolvidas; e registro e análise das necessidades dos postos em função da disponibilidade orçamentária e financeira, entre outros. As informações sobre a implementação de cada uma das ações são transmitidas, mensalmente, pelos postos envolvidos na execução do programa.

RECOMENDAÇÕES

Não há recomendações.